

**Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

	(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
				Reclas-sificado	Reclas-sificado	
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	50	5.849	23.777	9.973	9.242
Impostos e contribuições sociais	5	232	182	399	1.022	3.747
Despesas pagas antecipadamente			1	590	3	1
Outros créditos	8		2.718	277	277	385
		282	6.032	27.484	11.275	13.375
Não circulante						
Impostos e contribuições sociais	5		35.862	13.773		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6		3.849			
Partes relacionadas	7	8				
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	106.129	95.000			
Cauções e depósitos vinculados			7			
Despesas pagas antecipadamente			276			
		106.129	95.008	39.994	13.773	-
Investimentos	9	700.767	448.545			
Imobilizado	10	5.745	2.810	944.813	459.074	100.858
Intangível	11	8	13	594.163	594.508	592.322
		706.520	451.368	1.538.976	1.053.582	693.180
Total do ativo		812.931	552.408	1.606.454	1.078.630	706.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	(Em milhares de reais, exceto quando indicado)				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
				Reclassificado	
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo de operação	19				
Pessoal				(1.213)	(3.064)
Materiais e serviços de terceiros				(469)	(2.011)
Outros custos de operação				(464)	(467)
		-	-	(2.146)	(5.542)
Lucro bruto					
Despesas e Receitas operacionais	19				
Despesas gerais e administrativas		(1.101)	(871)	(6.031)	(871)
Depreciações e amortizações		(28)	(28)	(28)	(28)
Outras Despesas e Receitas operacionais		19.294	3.459	20.889	3.851
		18.165	2.560	14.830	2.952
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		18.165	2.560	12.684	(2.590)
Resultado das participações societárias		1.851	(8.371)		
Receitas financeiras		2.458	373	4.022	373
Despesas financeiras		(27.651)	(28.796)	(27.901)	(29.848)
Resultado financeiro	20	(25.193)	(28.423)	(23.879)	(29.475)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(5.177)	(34.234)	(11.195)	(32.065)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(1.006)	(2.114)	5.012	(4.283)
		(1.006)	(2.114)	5.012	(4.283)
Resultado líquido do exercício		(6.183)	(36.348)	(6.183)	(36.348)
Atribuível aos acionistas controladores		(6.183)	(36.348)	4.066	(36.348)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	22				
Resultado básico por ação (Reais/Ação)					
ON		(0,30720)	(1,8060)	(0,30720)	(1,8060)
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)					
ON		(0,30720)	(1,8060)	(0,30720)	(1,8060)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2013 e 2012.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	(Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Geração do valor adicionado	22.253	6.217	509.771	363.226
Receita operacional				
Receita relativa à construção de ativos próprios			458.493	337.412
Outras receitas	22.253	6.217	51.278	25.814
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.079)	(829)	(455.805)	(335.719)
Materiais		(21)	(190.670)	(42.087)
Serviços de terceiros		(1.070)	(797)	(234.688)
Outros custos operacionais		(9)	(11)	(30.447)
Valor adicionado bruto	21.174	5.388	53.966	27.507
Retenções				
Depreciações e amortizações		(28)	(28)	(28)
Valor adicionado líquido produzido	21.146	5.360	53.938	27.479
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		45	373	1.398
Resultado da equivalência patrimonial		1.851	(8.371)	
Valor adicionado total a distribuir	23.042	(2.638)	55.336	27.852
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta		2	7.605	5.521
Benefícios		2	8	973
FGTS			535	343
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	1.006	2.115	(3.581)	5.360
Estaduais	2	16	222	107
Municipais			21	
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	28.197	31.554	55.139	51.811
Aluguéis	18	15	605	407
	29.225	33.710	61.519	64.200
Prejuízo do exercício		(6.183)	(36.348)	(36.348)
	23.042	(2.638)	55.336	27.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
				Reclas-sificado	Reclas-sificado	
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores	12	121	175	36.523	7.392	1.723
Impostos e contribuições sociais	5	12	12	1.755	2.033	132
Debêntures	13		334.088		334.088	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14			4.164	296	
Obrigações estimadas com pessoal	16			1.811	1.180	13
Provisões	17		27.265	2.473	30.589	129.389
Outras contas a pagar	8	7	7	212	137	26
		140	361.547	46.938	375.715	131.283
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	6.583	5.577	205.236	206.399	202.116
Debêntures	13	356.757		356.757		305.593
Empréstimos e financiamentos	14			539.555	298.540	55.038
Partes relacionadas	7	2	2	18	22	1.859
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	374.350	192.300	374.350	192.300	2.047
Uso do bem público	15			8.148	9.067	8.011
Provisões	17			351	3.605	7.325
Outras contas a pagar	8			2		
		737.692	197.879	1.484.417	709.933	581.989
Patrimônio Líquido Negativo						
Capital social	18.1	144.474	56.174	144.474	56.174	20.127
Prejuízos acumulados		(69.375)	(63.192)	(69.375)	(63.192)	(26.844)
		75.099	(7.018)	75.099	(7.018)	(6.717)
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		75.099	(7.018)	75.099	(7.018)	(6.717)
Total do passivo e patrimônio líquido		812.931	552.408	1.606.454	1.078.630	706.555

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	(Em milhares de reais)				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
			Reclassificado	Reclassificado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.177)	(34.234)	(11.195)	(32.065)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Depreciações e amortizações	28		28	28	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1			2.014	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	27.686		25.737	27.666	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				149	
Participações societárias	(1.851)		8.371		
Provisão para perdas com investimentos	(19.293)		(3.460)	(19.293)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(13)		(8)	(3)	
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente	(2.413)		3.020	(4.222)	
	(1.032)	(546)	(4.856)	(6.174)	
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(37)		(74)	(22.890)	
Cauções e depósitos vinculados				(7)	
Despesas pagas antecipadamente	1			(863)	
Outros ativos operacionais	(36)		18	(2.441)	
	(54)	(56)	(26.201)	(13.741)	
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores	(54)		22	29.131	
Outros tributos e contribuições sociais			(16)	1.196	
Obrigações estimadas com pessoal				631	
Provisões				(1.827)	
Uso do bem público				(919)	
Outros passivos operacionais			(1)	75	
	(54)	5	28.287	5.024	
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.122)	(597)	(2.770)	(14.891)	
Imposto de renda e contribuição social pagos				(47)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.122)	(597)	(2.817)	(14.891)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Alienação (adição) de investimento	(250.371)		(78.299)		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(11.129)		(66.000)		
Adições ao Imobilizado e Intangível				(457.574)	
Partes relacionadas	8		3.739	8	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(261.492)	(140.560)	(457.566)	(337.412)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas			1	(10)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	182.050		190.253	182.050	
Aumento (redução) de capital	88.300		36.047	88.300	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	348.129			566.129	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(300.000)			(300.000)	
Encargos de dívidas líquido de derivativos	(56.105)			(56.105)	
Contraprestação contingente	(5.559)		(86.384)	(6.177)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	256.815	139.917	474.187	353.034	
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.799)	(1.240)	13.804	731	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		50	5.849	23.777	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.849	7.089	9.973	
	(5.799)	(1.240)	13.804	731	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	(Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	20.127	(26.844)	(6.717)	(6.717)
Aumento de capital - AGO de 30/04/2012	36.047		36.047	36.047
Prejuízo do exercício		(36.348)	(36.348)	(36.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	56.174	(63.192)	(7.018)	(7.018)
Aumento de capital - AGOE 09/04/2013	88.300		88.300	88.300
Prejuízo do exercício		(6.183)	(6.183)	(6.183)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	144.474	(69.375)	75.099	75.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia, CEJA ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, tem por objeto as atividades de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionadas ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia adquiriu em 2011 100% da participação acionária da ECE Participações S.A. (ECE Participações) e efetua consolidação integral.

A ECE Participações é a detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), que encontra-se em fase pré-operacional.

O plano de negócios da Controladora EDP - Energias do Brasil visa o crescimento no segmento de geração de energia elétrica no Brasil, numa estratégia de diluição do risco de negócio. A manutenção das atividades da Companhia e da ECE Participações são garantidas e, quando necessário, financiadas pela EDP - Energias do Brasil, pelo que esta prevê efetuar aportes de capital para cumprir com seus compromissos de curto prazo.

1.1 Concessões

A ECE Participações detém o direito de concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/2002, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
				(MW)	(MWm)	Início	Término
Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Nas exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O projeto básico da UHE Jari foi alterado em 27 de julho de 2011, por meio do Despacho nº 3.080 da ANEEL passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW de capacidade instalada.

Em 23 de maio de 2012, o Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria MME nº 35/12, publicou a revisão da garantia física passando de 196,1 MWm para 217,7 MWm (Casa de Força Principal 214,5 MWm e Casa de Força Secundária 3,2 MWm).

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190 MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela ANEEL, pelo período de 30 anos a findar-se em 31 de dezembro de 2044. Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia vendeu no leilão A-5, a energia adicional da UHE Jari. A energia vendida foi 20,9 MWm. A venda dessa energia não acarretou em investimento adicional ao projeto.

Em 3 de junho de 2011 foi emitida pela Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Instalação - LI nº 798, que autoriza a Companhia a executar as obras de construção da UHE Jari, localizado no rio Jari, entre os municípios de Almerim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

A LI é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a ECE Participações responsável por requerer sua renovação no prazo de 60 dias antes de expirada a sua vigência.

A energia elétrica a ser gerada pela UHE Jari será utilizada e comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

1.1.1 Uso do bem público - UB

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a ECE Participações recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$574, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão (Nota 15).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A ECE Participações aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente consistentes com as IFRS, que prevêem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014.

A ECE Participações é consolidada desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obtve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e sua controlada, para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

b) Investimentos (Nota 9)

Nas demonstrações financeiras da Controladora, os investimentos em controlada, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

• Direito de Concessão

Conforme o ICPC 09 os Direitos de Concessão são classificados como Investimentos líquidos dos impostos diferidos, na controladora.

c) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

d) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

e) Intangível (Nota 11)

Os intangíveis compreendem:

- Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. O início da amortização ocorrerá quando a usina entrar em operação.

- Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

- Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. O registro desta obrigação ocorreu na data da Licença de Instalação, a valor presente, e em contrapartida do ativo intangível. A amortização ocorrerá pelo prazo da concessão a partir da data de entrada em operação da UHE.

A amortização dos demais itens do ativo intangível é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais (Nota 10 e 17)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

i) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 13 e 14)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 17)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Contraprestação contingente (Nota 17.2)

São passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios que são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 21)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

n) Uso do bem público (Nota 15)

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da controlada ECE Participações calculados até o final dos contratos de concessão e reconhecidos a valores presentes pelas taxas implícitas nos respectivos contratos.

o) Capital social (Nota 18.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, exceto aquelas vinculadas a construção da usina que são capitalizáveis ao ativo imobilizado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, encargos de empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente, exceto aquelas vinculadas a construção da usina que são capitalizáveis ao ativo imobilizado.

q) Resultado por ação (Nota 22)

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação.

r) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e sua controlada se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 2.2 item n); a Mensuração de Instrumentos financeiros (nota 2.2 item t); Licenças ambientais (nota 2.2 item f); e Contraprestação contingente (nota 2.2 item l).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

s) Instrumentos financeiros (Nota 23)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia ou sua controlada gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e sua controlada. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

t) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e sua controlada (conforme descrito na Nota 9.3).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados. A ECE Participações é consolidada integralmente desde 13 de outubro de 2011.

2.4 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.4.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

A Companhia está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRIC 21 - Impostos

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas".

IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos estimados de alienação.

Existem, adicionalmente, alterações incorporadas na IAS 36, na sequência da introdução da IFRS 13 - 'Justo valor: mensuração e divulgação', que vêm a ser corrigidas por meio desta emenda - eliminação do requisito de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa com ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou goodwill, quando não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

2.4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.**CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)**

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia avaliou os impactos da revisão deste CPC e não há efeitos significativos.

CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas Demonstrações Financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Companhia avaliou os impactos da revisão deste CPC e há efeitos significativos.

CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros, foram complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das demonstrações financeiras.

2.5 Reclassificações nos exercícios anteriores

Conforme requisito do CPC 26 (R1), quando a Companhia incorrer em mudança na política contábil ou reclassificação de saldos de exercícios anteriores, ela deverá apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior precedente ao período atual. Assim, para fins de comparabilidade, apresentamos os efeitos dos ajustes relativos a 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, conforme descrito abaixo:

(a) Mudança de prática

A Administração da ECE Participações identificou mudanças de práticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2012 e 2011 em função da revisão de critérios para contabilização do UBP. A ECE Participações considera o momento da obtenção da Licença de Instalação - LI para efetuar o reconhecimento do UBP, pois é o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio. O registro do UBP ocorria na entrada em operação das usinas de geração, por meio da Licença de Operação - LO, momento em que o empreendimento está autorizado a produzir energia elétrica. No entanto, em análise ao OCPC 05 e a prática do segmento de energia elétrica no Brasil, a partir de 2013, efetuamos uma mudança nas nossas práticas contábeis em utilizar a obtenção da LI para a contabilização da UBP.

2.5.1 Balanço Patrimonial Consolidado

A ECE Participações registrou em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$9.067 (R\$8.011 em 31 de dezembro de 2011) referente ao pagamento do UBP nas rubricas de Intangível e Uso do bem público no Passivo não circulante.

2.5.2 Demonstração do fluxo de caixa Controladora

A natureza das reclassificações são: (i) Redução no valor de R\$6 na rubrica de Despesas pagas antecipadamente no grupo de Ajuste ao lucro para a rubrica Despesas pagas antecipadamente no grupo Ativos operacionais; (ii) Redução na rubrica de Provisão para perdas com investimentos no valor de R\$3.460 para a rubrica Atualização monetária contraprestação contingente no valor de R\$3.459 afetando o grupo de Ajuste ao lucro e na rubrica Contraprestação contingente no valor de R\$1 no grupo Atividades de financiamento; (iii) Redução no valor de R\$78.299 na rubrica de Adiantamento para futuro aumento de capital para a rubrica Baixas (adições) ao investimento afetando o grupo Atividades de Investimento; e (iv) Redução no valor de R\$36.047 na rubrica de Adiantamento para futuro aumento de capital para a rubrica de Aumento (redução) de capital afetando o grupo Atividades de financiamento.

Consolidado

A natureza das reclassificações são: (i) Redução no valor de R\$6 na rubrica de Despesas pagas antecipadamente no grupo de Ajuste ao lucro para a rubrica Despesas pagas antecipadamente no grupo Ativos operacionais; (ii) Redução na rubrica de Provisão para perdas com investimentos no valor de R\$3.460 para a rubrica Atualização monetária contraprestação contingente no valor de R\$3.459 afetando o grupo de Ajuste ao lucro e na rubrica Contraprestação contingente no valor de R\$1 no grupo Atividades de financiamento; (iii) Redução na rubrica de Outros tributos e contribuições sociais no valor de R\$8 para a rubrica Impostos e contribuições sociais - atualização monetária; e (iv) redução no valor de R\$36.047 na rubrica de Adiantamento para futuro aumento de capital para a rubrica de Aumento (redução) de capital afetando o grupo Atividades de financiamento.

3 Eventos significativos no exercício**3.1 Venda de participação acionária**

Em 6 de dezembro de 2013 a controladora EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que estabeleceu uma parceria com a CWE Investment Corporation (CWEI) e CWEI Brasil Participações (CWEI Brasil), subsidiárias controladas integralmente pela China Three Gorges (CTG), para investimentos, em conjunto, no mercado de energia brasileiro.

No âmbito da parceria, a EDP - Energias do Brasil assinou nesta data Contrato de Compra e Venda e Acordo de Acionistas referente a venda de 50% de sua participação na Companhia.

O acordo prevê a participação conjunta das partes em projetos de energia no Brasil, sob uma estrutura acionária equilibrada, com controle compartilhado, equilíbrio de direitos e tomada de decisão com base em consenso entre as partes.

O valor de transação foi de R\$490 milhões e, adicionalmente, a CWEI Brasil assumirá o compromisso dos aportes de capital até o final da construção da UHE Jari, estimado em R\$81 milhões.

Nos termos do Contrato de Compra e Venda, a conclusão da operação está sujeita à aprovação pela ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, órgãos reguladores Chineses e outras providências de natureza societária e contratuais necessárias à efetivação da alienação de controle, que estão previstas para ocorrerem no 1º semestre de 2014.

3.2 Medida Provisória nº 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Companhia e suas controladas aguardarão a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Companhia e suas controladas elaboraram um estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	50	271	3.625	4.395
Aplicações financeiras - renda fixa		5.578	20.152	5.578
Total	50	5.849	23.777	9.973

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras da Controladora e do Consolidado referem-se a substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 93,0% a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.3.

5 Impostos e contribuições sociais

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2013
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	108		13				195
IRRF sobre aplicações financeiras	74	37				(74)	37
Total	182	37	13	-	-	-	232
Circulante	182						232
Total	182						232
Passivo - a recolher							
ISS	5						6
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	1				(1)		-
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros		7		(7)			-
Outros	6						6
Total	12	7	-	(7)	-	-	12
Circulante	12						12
Total	12						12
	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Saldo em 31/12/2013
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	108		13	47			242
PIS e COFINS	13.773	22.089					35.862
IRRF sobre aplicações financeiras	74					(74)	157
ISS	840	644			(1.484)		
Total	14.795	22.890	13	47	(1.484)	-	36.261
Circulante	1.022						399
Não circulante	13.773						35.862
Total	14.795						36.261
Passivo - a recolher							
ICMS sobre diferencial de alíquota	571	10.703		(10.195)			1.079
ISS	984	4.711		(3.906)	(1.484)	3	308
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	118	1.159		(1.262)		(1)	14
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	92	404		(466)			30
Outros	268	2.767	10	(2.719)		(2)	324
Total	2.033	19.744	10	(18.548)	(1.484)	-	1.755
Circulante	2.033						1.755
Total	2.033						1.755

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5.1 PIS e COFINS

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado da ECE Participações.

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos, da ECE Participações.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Controladora					
	Passivo Não Circulante			Resultado		
	31/12/2013		31/12/2012	2013		2012
IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	
Diferenças temporárias - RTT						
Imobilizado em serviços - Intangíveis	4.840	1.743	6.583	5.577	(1.006)	(2.114)
Total diferenças temporárias - RTT	4.840	1.743	6.583	5.577	(1.006)	(2.114)
Total Passivos Diferidos	4.840	1.743	6.583	5.577		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos					(1.006)	(2.114)

Natureza dos créditos	Consolidado							
	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			Resultado	
	31/12/2013		Total	31/12/2013		Total	2013	2012
IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	
Diferenças temporárias - RTT								
Gastos Pré-Operacionais	2.830	1.019	3.849				3.849	
Imobilizado em serviços - Intangíveis			-	4.840	1.743	6.583	2.694	(5.814)
Mais valia - CPC 15 (R1)			-	146.069	52.584	198.653		
Licenças ambientais - CPC 25			-			(1.531)	(1.531)	1.531
Total diferenças temporárias - RTT	2.830	1.019	3.849	150.909	54.327	205.236	5.012	(4.283)
Total de Ativos e Passivos Diferidos	2.830	1.019	3.849	150.909	54.327	205.236		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos							5.012	(4.283)

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2013, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos exercícios de 2022 a 2023.

7 Partes relacionadas

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Controladora				Receitas (despesas) no exercício	
				Ativo		Passivo		2013	2012
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	31/12/2012			8				
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			2	2	(26)	(22)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC									
AFAC	EDP - Energias do Brasil	01/06/2012	Indeterminado			374.350	192.300		
	ECE Participações	01/06/2012	Indeterminado	106.129	95.000				
Total				106.129	95.008	374.352	192.302	(26)	(22)

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Consolidado				Receitas (despesas) no exercício	
				Ativo		Passivo		2013	2012
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			2	2	(26)	(22)
	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			16	15	(191)	(165)
	Energst	30/09/2012					5		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC									
AFAC	EDP - Energias do Brasil	01/06/2012	Indeterminado			374.350	192.300		
Total						374.368	192.322	(217)	(187)

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Controladora				Receitas (despesas) no exercício	
				Ativo		Passivo		2013	2012
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			2	2	(26)	(22)
	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			16	15	(191)	(165)
	Energst	30/09/2012					5		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC									
AFAC	EDP - Energias do Brasil	01/06/2012	Indeterminado			374.350	192.300		
Total						374.368	192.322	(217)	(187)

7.1 Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura
Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as seguintes empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Serra - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, Enerprev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; (iii) Escritório em Campo Grande - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos tem vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

As alterações nos percentuais de rateio devem ser submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL, e neste sentido, o Despacho nº 1.692, de 17 de maio de 2012, anuiu o primeiro Termo Aditivo dos Contratos da Sede em São Paulo.

Em junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, foram firmados os segundos Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. Até a publicação da anuência desses aditivos, em 7 de agosto de 2013, por meio do Despacho nº 2.807/13, os gastos ocorridos nos meses de junho e julho de 2013, foram assumidos integralmente pela EDP - Energias do Brasil e posteriormente repassados em setembro de 2013 às Contratantes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 24.2).

7.2 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

Ativo - Controladora	Passivo - Controladora e Consolidado
Não Circulante	Não Circulante
31/12/2013	31/12/2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	Saldo em 31 de dezembro de 2012
AFAC - CEJA x ECE	Integralização de capital - AGOE 09/04/2012
95.000	(88.300)
261.500	270.350
(250.371)	AFAC - EDP x CEJA
106.129	Saldo em 31 de dezembro de 2013
	374.350

7.3 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

7.4 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora direta e a ECE Participações que é sua controlada.

7.5 Remuneração dos administradores

A Companhia não possuiu dispêndios no exercício com os profissionais chave da Administração.

9.3 Participação direta dos investimentos

Empresas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)	Patrimônio líquido	Resultado Acumulado				
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012					31/12/2013	31/12/2012			
	Ordinárias/Quotas	Prefereenciais	Ordinárias/Quotas	Prefereenciais	Capital social integrado	Capital votante	Capital social integrado	Capital votante								
ECE Participações	51.194	18.545	18.545	18.545	100,00	100,00	100,00	100,00	1.055.174	524.530	700.999	422.577	354.175	101.953	1.851	(8.371)

10 Imobilizado

Imobilizado em serviço	Controladora							
	31/12/2013				31/12/2012			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Geração								
Veículos				14,29	71	(62)	9	14,29
					71	(62)	9	71
								(52)
								(52)
Administração								
Máquinas e equipamentos				16,67	20	(10)	10	16,67
Veículos				14,29	68	(59)	9	14,29
					88	(69)	19	88
								(49)
								(49)
Total do Imobilizado em serviço					159	(131)	28	159
Imobilizado em curso								
Geração					5.717	-	5.717	2.758
Total do Imobilizado em curso					5.717	-	5.717	2.758
Total imobilizado					5.876	(131)	5.745	2.917
								(107)
								2.758
								2.758
								(107)
								2.810

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado							
	31/12/2013				31/12/2012			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Veículos	14,29	71	(62)	9	14,29	71	(52)	19
		71	(62)	9		71	(52)	19
Administração								
Máquinas e equipamentos	16,67	20	(10)	10	16,67	20	(6)	14
Veículos	14,29	68	(59)	9	14,29	68	(49)	19
		88	(69)	19		88	(55)	33
Total do Imobilizado em serviço		159	(131)	28		159	(107)	52
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos		90.177		90.177		42.916		42.916
Edificações, obras civis e benfeitorias		422.698		422.698		218.524		218.524
Reservas, barragens e adutoras		81.093		81.093		36.449		36.449
Máquinas e equipamentos		153.402		153.402		10.943		10.943
Adiantamento a Fornecedor		176.610		176.610		129.731		129.731
Outros		20.805		20.805		20.459		20.459
Total do Imobilizado em curso		944.785	-	944.785		459.022	-	459.022
Total imobilizado		944.944	(131)	944.813		459.181	(107)	459.074

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2012	Juros Capitalizados	Depreciações e amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2013
	Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos			14	(3)	(1)	10
Veículos			38	(20)		18
Total do imobilizado em serviço			52	(23)	(1)	28
Total do imobilizado em curso			2.758	2.959	-	5.717
Total do imobilizado			2.810	2.959	(23)	5.745
	Consolidado					
Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Juros Capitalizados	Depreciações e amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2013
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	14		(3)	(1)		10
Veículos	38		(20)			18
Total do imobilizado em serviço	52	-	(23)	(1)	-	28
Imobilizado em curso						
Terrenos	42.916	47.260			1	90.177
Edificações, obras civis e benfeitorias	218.524	172.227	26.903		5.046	422.700
Reservas, barragens e adutoras	36.449	44.856		(212)		81.093
Máquinas e equipamentos	10.943	191.424	2.959		(51.925)	153.401
Adiantamento a Fornecedor	129.731				46.878	176.609
Outros	20.459	2.147		(1.801)		20.805
Total do Imobilizado em curso	459.022	457.914	29.862	(2.013)	-	944.785
Total do imobilizado	459.074	457.914	29.862	(23)	(2.014)	944.813

10.1 Ingressos**Construção UHE Jari**

A ECE Participações celebrou um contrato de *Engineering Procurement and Construction - EPC* na modalidade *turn-key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A Engenharia e Empreendimentos, Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Areva Koblitz S.A. para a construção da UHE Jari.

A construção da UHE Jari tem evoluído de acordo com o cronograma previsto.

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em junho de 2011 e as obras foram iniciadas em agosto de 2011 com conclusão prevista para o final de 2014. No ano de 2012, foram também emitidas as Licenças de Instalação específicas para: (i) a construção da Linha de Transmissão (LT) 230 kV para conexão à Rede Básica; e (ii) a implantação do Projeto de Realocação da Vila de São Francisco do Iratapuru.

Os ingressos no imobilizado em curso consolidado referem-se a construção, sendo eles, principalmente, relacionados a Barragens de R\$44.856, Edificações de R\$204.175 e Máquinas e Equipamentos de R\$139.500.

11 Intangível

	Controladora							
	31/12/2013				31/12/2012			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	26	(18)	8	20,00	26	(13)	13
Total do Intangível em Serviço		26	(18)	8		26	(13)	13
Total intangível		26	(18)	8		26	(13)	13
	Consolidado							
Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Outros		584.273		584.273		584.273		584.273
		584.273	-	584.273		584.273	-	584.273
Administração								
Software	20,00	26	(18)	8	20,00	26	(13)	13
		26	(18)	8		26	(13)	13
Total do Intangível em Serviço		584.299	(18)	584.281		584.299	(13)	584.286
Intangível em curso								
Geração - UBP		9.882		9.882		10.222		10.222
Total do Intangível em Curso		9.882	-	9.882		10.222	-	10.222
Total intangível		594.181	(18)	594.163		594.521	(13)	594.508

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora				11.1 Direito de Concessão - Outros			
	Valor líquido 31/12/2012	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2013		Refere-se aos direitos de exploração da UHE Jari adquiridos em 2011, conforme descrito na nota 9.			
Intangível em serviço					11.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP			
Software	13	(5)	8		Foi constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão da ECE Participações e será amortizado pelo prazo restante do contrato de concessão a partir da entrada em operação da usina. (Nota 15)			
Total Intangível	13	(5)	8					
	Consolidado				12 Fornecedores			
Valor líquido 31/12/2012	Ingressos	Amortizações	Ajuste a valor presente	Valor líquido 31/12/2013	Controladora		Consolidado	
					Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Intangível em serviço					31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Software	13	(5)		8	121	175	36.523	7.392
Direito de concessão - Outros	584.273			584.273	121	175	36.523	7.392
Intangível em curso					Total			
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	9.067		(919)	8.148				
Outros Intangíveis em curso	1.155	579		1.734				
Total Intangível	594.508	579	(919)	594.163				

	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado			
									31/12/2013		31/12/2012	
									Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante
Oliveira Trust	300	1.000	300.000	1ª emissão em 24/10/2011	24/10/2011 a 11/10/2013	Alongamento da dívida. Liquidação das CCBs utilizadas na aquisição da UHE Jari.	110,5% do CDI	Principal e juro em parcela única no final	-	34.125	300.000	334.125
(-) Custos de emissão			(83)					Amortização mensal	-		(37)	(37)
Pentágono S.A.								Principal anual a partir de outubro de 2016 e juro semestral	8.513	350.000	358.513	-
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	35.000	10.000	350.000	2ª emissão em 07/10/2013	07/10/2013 a 07/10/2018	Alongamento da dívida.	113,6% do CDI	Amortização mensal	(1.756)	(1.756)		-
(-) Custos de emissão									8.513	348.244	356.757	34.125
Total											299.963	334.088

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 24.2.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Mutação das debêntures no exercício:

	Controladora					Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências		
Circulante							
Debêntures							
Principal	300.000		(300.000)				-
Juros	34.125		(56.105)	21.980			-
Custo de transação	(37)				(114)	151	-
	334.088	-	(356.105)	21.980	(114)	151	-
Não circulante							
Debêntures							
Principal	-	350.000					350.000
Juros	-			8.514			8.514
Custo de transação	-	(1.871)			114		(1.757)
	-	348.129	-	8.514	114	-	356.757
	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013
Circulante							
Debêntures							
Principal	300.000		(300.000)				-
Juros	34.125		(56.105)	21.980			-
Custo de transação	(37)				(114)	151	-
	334.088	-	(356.105)	21.980	(114)	151	-
Não circulante							
Debêntures							
Principal	-	350.000					350.000
Juros	-			8.514			8.514
Custo de transação	-	(1.871)			114		(1.757)
	-	348.129	-	8.514	114	-	356.757

13.3 Vencimento das parcelas do não circulante:

Vencimento	
Não Circulante	
2015	7.598
2016	116.233
2017	116.386
2018	116.540
Total	356.757

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado					
										Encargos Circulante	Principal Não Circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Não Circulante	Total
BNDIS	ECE Participações	736.807	13/12/2012	518.000	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%.	1,86% acima da TJLP	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.	4.164	540.878	545.042	296	300.000	300.296
(-) BNDIS - Custos de Transação	ECE Participações	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031				Amortização mensal do custo de transação		(1.323)	(1.323)		(1.460)	(1.460)
Total										4.164	539.555	543.719	296	298.540	298.836

A forma de realização das dívidas é ao custo e do resultado de Swap é ao mercado.

Para maiores informações a respeito das garantias, vide nota 24.2.

14.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Consolidado					Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferências		
Circulante							
Empréstimos e Financiamentos							
Juros	296		26.746	(22.878)			4.164
Custo de Transação	-				(137)	137	-
	296	-	26.746	(22.878)	(137)	137	4.164
Não circulante							
Empréstimos e Financiamentos							
Principal	300.000	218.000		22.878			540.878
Custo de Transação	(1.460)				137		(1.323)
	298.540	218.000	-	22.878	137	-	539.555

14.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Consolidado		Tipo de moeda	
		Nacional	
Vencimento			
Circulante			
2014			4.164
			4.164
Não circulante			
2015			19.441
2016			33.674
2017			33.683
2018			33.692
2019			33.700
2020 até 2024			168.633
2025 até 2029			168.851
2030 até 2033			47.881
			539.555
Total			543.719

15 Uso do Bem Público - UBP

O Uso do Bem Público - UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato.

O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A ECE Participações, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da usina UHE Jari, registrou a obrigação pelo futuro pagamento do UBP, atualizado com base na variação anual do IGP-M, calculados pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), no mês base de outubro. O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e, para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Os saldos estão reconhecidos ao valor presente pela taxa de 6,86%.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2012	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldos em 31/12/2013
Não Circulante				
Uso do Bem Público	9.067	(1.976)	1.057	8.148
	9.067	(1.976)	1.057	8.148

16 Obrigações estimadas com pessoal

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Folha de pagamento	1.566	1.143
INSS e FGTS	245	37
Total	1.811	1.180

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

13.4 Emissão de debêntures

13.4.1 1ª Emissão de debêntures

Em 24 de outubro de 2011, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, na qual foi emitido o total de 300 debêntures, de valor nominal unitário de R\$1.000, com subscrição integral no valor total de R\$300.000 e pagamento de juros remuneratórios na data de vencimento. Esta operação foi liquidada em 11 de outubro de 2013.

13.4.2 2ª Emissão de debêntures

Em 7 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, na qual foi emitido o total de 35.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$10, com subscrição integral no valor total de R\$350.000, com vigência até 7 de outubro de 2018 e com pagamento de juros remuneratórios semestral e amortizações anuais a partir de outubro de 2016.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 113,60% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), com base em 252 dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da Companhia.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- (i) Se a Emissora não pagar pontualmente quaisquer valores devidos aos Debenturistas, uma vez decorrido 05 dias úteis da notificação para pagamento entregue à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- (ii) Se a Emissora ou Fiadora requererem recuperação extrajudicial ou tiverem recuperação judicial ou sua falência decretada;
- (iii) Se a Emissora deixar de fornecer seus balanços anuais auditados por empresa de primeira linha durante todo o período de vigência das Debêntures;
- (iv) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique em alteração direta do seu controle acionário, exceto se: (i) referida alteração resultar em mudança do controle societário da Emissora para outra sociedade do mesmo Grupo Econômico (assim definido como o conjunto de sociedades controladas pela Fiadora, excluídas as coligadas da Fiadora); ou (ii) tiver obtido anuência prévia de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em AGD;
- (v) Ocorrência de qualquer alteração societária da ECE Participações, incluindo cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, bem como ocorrência de dissolução ou liquidação, salvo se for obtida anuência prévia de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em AGD;
- (vi) Perda ou término antecipado das concessões de energia elétrica da Fiadora ou intervenção pelo poder concedente, em relação a qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 10% da receita líquida consolidada da Fiadora no último exercício social;
- (vii) Protesto cambiário contra a Emissora ou Fiadora, cujo valor, individualmente, seja igual ou superior à R\$60.000 e R\$75.000, respectivamente, não contestados de boa-fé pela Emissora;
- (viii) Notificação de sentença final transitada em julgado em ação judicial cujo valor, individualmente, seja igual ou superior a R\$60.000 para a Emissora ou de R\$75.000 para a Fiadora, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora ou pela Fiadora.

17 Provisões

	Controladora	Consolidado				
	Circulante	Circulante		Não circulante		
	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Licenças ambientais			2.473	897	351	3.605
Contraprestação contingente	27.265			29.692		
Total	27.265	2.473	30.589		351	3.605

17.1 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Imobilizado, pelos tais estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

17.2 Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra da ECE Participações pela CEJA e da transferência dos 10% adicionais da concessão UHE Jari para a ECE Participações, foram acordadas contraprestações contingentes com os ex-proprietários. Até 31 de dezembro de 2013 foram pagos os montantes de R\$91.944 pela CEJA R\$10.244 pela ECE Participações referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da potência da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI.

De acordo com o contrato, permaneciam em aberto o montante original de R\$19.000 (CEJA) e R\$2.111 (ECE Participações), referentes à aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do Convênio ICMS N° 53 de 6 de julho de 2001.

Como até 31 de dezembro de 2013 o benefício fiscal do DIFAL não havia sido concedido e esta era a data limite estabelecida no contrato para que a contraprestação contingente ocorresse, foi revertido o saldo a pagar aos ex-proprietários no valor atualizado de R\$23.427 (CEJA) e R\$2.626 (ECE Participações) em contrapartida do resultado. Todas as demais contraprestações contingentes foram cumpridas pelos ex-proprietários, não havendo mais nenhuma obrigação por parte da Companhia e da ECE Participações com os mesmos.

17.3 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia e a ECE Participações não possuem demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, portanto, não há valores provisionados nas demonstrações financeiras.

17.3.1 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	Instâncias	31/12/2013	31/12/2012	Ativo	
				31/12/2013	31/12/2012
				Depósito Judicial	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	40		7	
Total		40	-	7	-

A ECE Participações é parte em ação civil pública em trâmite perante a 9ª Vara Federal de Belém/PA, movida pelo Ministério Público Federal, que pleiteia a nulidade do processo de licenciamento ambiental da UHE Jari, com retorno à fase de análise do EIA/RIMA. Em 17 de julho de 2013 houve decisão judicial indeferindo o pedido de liminar do Ministério Público Federal. Por sua vez, o Ministério Público Federal interpôs recurso sobre a decisão. Esta ação não possui valor estimado e em 31 de dezembro de 2013 aguarda-se o julgamento do recurso.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$144.474 (R\$56.174 em 31 de dezembro de 2012) e está representado por 20.126.746 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. Em 9 de abril de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária o aumento do Capital social, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de créditos de titularidade do acionista controlador, EDP - Energias do Brasil, decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$88.300.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	20.126.743	100,00	20.126.743	100,00
Outros	3		3	
Total	20.126.746	100,00	20.126.746	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Gastos operacionais

	Controladora				2012
	2013			Total	
	Despesas operacionais				
Nota	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada				2	9
Material				-	21
Serviços de terceiros		1.070		1.070	797
Depreciação		23		23	23
Amortização		5		5	5
Aluguéis e arrendamentos		19		19	15
Outras	19.1	10	(19.294)	(19.284)	(3.430)
Total		1.129	(19.294)	(18.165)	(2.560)
		1.129	(19.294)	(18.165)	(2.560)

	Controladora				2012
	2013			Total	
	Despesas operacionais				
Nota	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	1.213		1.966	3.179	3.073
Material	155		273	428	434
Serviços de terceiros	314		3.322	3.636	2.395
Depreciação			23	23	23
Amortização			5	5	5
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				4	-
Aluguéis e arrendamentos	276		330	606	407
Outras	19.1	188	140	(20.893)	(3.747)
Total		2.146	6.059	(20.889)	2.590
19.1 Outras		2.146	6.059	(20.889)	2.590

O saldo na rubrica de Outras refere-se, substancialmente, a reversão da contraprestação contingente na Companhia e sua controlada (Nota 17.2).

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	32	365	728	365
Variações monetárias moeda nacional SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	2.413		2.623	
Descontos obtidos		13	13	8
Total	2.458	373	4.022	373
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos			(10)	(8)
Encargos de dívidas	(30.494)	(28.532)	(57.488)	(47.837)
Variações monetárias moeda nacional	(114)	(3.020)	(114)	(3.329)
Atualização monetária de licenças ambientais			(149)	(635)
(-) Juros capitalizados	2.959	2.758	29.862	21.963
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	(2)	(2)
Total	(27.651)	(28.796)	(27.901)	(29.848)
	(25.193)	(28.423)	(23.879)	(29.475)

23.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Categoria	Controladora	
			31/12/2013	31/12/2012
			Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	50	271
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado		5.578
Não circulante				
Partes relacionadas	7	Valor justo por meio do resultado		8
			50	5.857
				50
				5.857
Passivos financeiros Circulante				
Fornecedores	12	Outros ao custo amortizado	121	175
Debêntures	13	Outros ao custo amortizado		334.088
Não circulante				
Debêntures	13	Outros ao custo amortizado	356.757	356.757
Partes relacionadas	7	Valor justo por meio do resultado	2	2
			356.880	334.265

	Nota	Categoria	Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012
			Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	3.625	4.395
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	20.152	5.578
			23.777	9.973
Passivos financeiros Circulante				
Fornecedores	12	Outros ao custo amortizado	36.523	7.392
Debêntures	13	Outros ao custo amortizado		334.088
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	Outros ao custo amortizado	4.164	296
Não circulante				
Debêntures	13	Outros ao custo amortizado	356.757	356.757
Empréstimos e financiamentos	14	Outros ao custo amortizado	539.555	298.540
Partes relacionadas	7	Valor justo por meio do resultado	18	18
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	8.148	9.067
			945.165	649.405

23.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que neste caso, o valor contábil pode diferir do seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo por precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(iii) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

(iv) Fornecedores: são compostos de valores a pagar relativos a compra de materiais e serviços para a construção da UHE Jari. Pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(v) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa de 6,86%.

23.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e sua controlada:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

21 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(5.177)	(34.234)	(5.177)	(34.234)	(11.195)	(32.065)	(11.195)	(32.065)
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	1.294	8.559	466	3.081	2.799	8.016	1.008	2.886
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Resultados de equivalência patrimonial	463	(2.093)	167	(753)				
Outros								
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(2.497)	(8.021)	(899)	(2.887)	886	(11.071)	319	(4.114)
Despesa de IRPJ e CSLL	(740)	(1.555)	(266)	(559)	3.685	(3.055)	1.327	(1.228)
Alíquota Efetiva	-14,29%	-4,54%	-5,14%	-1,63%	32,92%	-9,53%	11,85%	-3,83%

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia e sua controlada para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2013, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2012
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(6.183)	(36.348)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	20.127	20.127
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,30720)	(1,80596)

23 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

23.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

	Nota	Categoria	Controladora	
			31/12/2013	31/12/2012
			Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	50	271
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado		5.578
Não circulante				
Partes relacionadas	7	Valor justo por meio do resultado		8
			50	5.857
				50
				5.857
Passivos financeiros Circulante				
Fornecedores	12	Outros ao custo amortizado	121	175
Debêntures	13	Outros ao custo amortizado		334.088
Não circulante				
Debêntures	13	Outros ao custo amortizado	356.757	356.757
Partes relacionadas	7	Valor justo por meio do resultado	2	2
			356.880	334.265

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

23.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia e sua controlada apresentados nas notas 13 e 14, possuem como contraparte o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e sua controlada criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e sua controlada possuem risco de mercado associado ao CDI e TJLP.

Como riscos de mercado associados as taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

23.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) e adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e sua controlada. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	31/12/2013						
		Aging cenário provável						
		Até 1 ano	Provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)		
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(8.122)	(8.122)	(8.122)	(27.136)	(53.784)	27.645	55.820
		(8.122)	(8.122)	(8.122)	(27.136)	(53.784)	27.645	55.820

Operação	Risco	31/12/2013							
		Aging cenário provável							
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Cenário (I)			
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.508			1.508	377	754	(377)	(754)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(8.122)	(105.729)		(113.851)	(27.136)	(53.784)	27.645	55.820
		(6.614)	(105.729)	-	(112.343)	(26.759)	(53.030)	27.268	55.066
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(31.802)	(123.712)	(67.565)	(223.079)	(40.793)	(81.587)	40.793	81.587
		(31.802)	(123.712)	(67.565)	(223.079)	(40.793)	(81.587)	40.793	81.587

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e de sua controlada (no caso do consolidado). Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 10,50%; e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

23.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e sua controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 13 e 14.

A Administração da Companhia e sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e sua controlada exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 11. Até 31 de dezembro de 2013 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 24.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 24.1.

O capital circulante líquido Consolidado que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2013 foi negativo em R\$19.454 (R\$364.440 em 31 de dezembro de 2012). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a ECE Participações está construindo o projeto hidrelétrico de Santo Antônio do Jari e possui financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$736.807, do qual foi desembolsado R\$518.000, sendo a diferença a ser desembolsada conforme a evolução da construção do mencionado projeto.

23.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizarem seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e sua controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e sua controlada, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24 Compromissos contratuais e Garantias**24.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora			
	31/12/2013			
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Obrigações de compra	205	131	74	
Juros futuros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	142.280	39.071	71.946	31.263
	142.485	39.202	72.020	31.263

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes Presidente	Luiz Otávio Assis Henriques Vice-Presidente	Miguel Dias Amaro Conselheiro	Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro
--	---	---	---	---

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	André Luiz de Castro Pereira Diretor de Engenharia e Construção	Stella Maris Moreira Fuão Diretora Administrativo e Financeiro	André Luís Nunes de Mello Almeida Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade	Ana Paula Marzano Cerqueira Contadora - CRC 1SP204118/O-8
--	---	--	--	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Energética do Jari S.A. - CEJA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Energética do Jari S.A. - CEJA (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Energética do Jari S.A. - CEJA e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Jari S.A. - CEJA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Jari S.A. - CEJA e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2013, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

Nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não contêm modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6